

A importância do PIBID na aproximação entre a Universidade e colégios da rede pública e sua potencialidade de resgate de sonhos

Kaique Henrique Peixoto¹
Yanina Micaela Sammarco²

RESUMO

Na educação pública paranaense é crescente a militarização, privatização, remoção de conteúdos básicos e construção de currículos mais tecnicistas, além do aumento de mecanismos de monitoramento da ação docente e o reforço do micro-empresendedorismo como solução para o desemprego. Em suma, avança uma educação que se propõe igualitária mas que reforça disparidades sociais quando comparada a instituições privadas, reafirmando o que Gramsci chamou de dualismo educacional, onde a escola é reprodutora de desigualdades, segregando grupos e direcionando os dominados ao mercado de trabalho e os dominantes ao ensino superior. É notável o aumento do desinteresse dos estudantes periféricos na graduação, visto como uma realidade distante, sendo mais próximo o ingresso em grandes empresas que constantemente realizam visitas e conduzem programas nas escolas, cativando interesse e moldando projetos de vida das/dos estudantes. Em contraste, as universidades públicas mantêm pouca presença nesses espaços, tornando-se agentes ocultos no cotidiano escolar, com frequência os próprios estudantes desconhecem sua existência, gratuidade e políticas de permanência dentro de um ambiente acadêmico. Diante desse cenário, este estudo realiza uma análise teórica de bibliografia especializada, aliada a uma experiência dentro da formação inicial à docência e da educação popular entre os anos de 2021 e 2024. O objetivo é compreender o potencial do PIBID na aproximação entre universidade e escola pública a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, como a observação participante. Argumenta-se que a presença constante dos pibidianos, cujo capital cultural é próximo ao dos estudantes, gera identificação e ressignifica a universidade como um horizonte possível. Esse contato direto contribui para combater o desencanto educacional e incentivar o ingresso no ensino superior. O PIBID surge, portanto, como um dos poucos projetos capazes de inserir a universidade no cotidiano estudantil de maneira significativa, promovendo as transformações sociais almejadas pela educação.

Palavras-chave: Dualismo educacional, PIBID, Ingresso à universidade, Educação emancipatória, Desigualdades educacionais.

INTRODUÇÃO

Atualmente, dentro da educação pública brasileira tem havido uma crescente reestruturação no modelo de ensino, iniciado em 2017 com a reforma da LDB na lei nº 13.415, que descreve a BNCC como documento base e orientador dos currículos no novo ensino fundamental e médio. Essa medida estatal traz consigo diversas críticas, sendo uma das principais a criação de um modelo educacional que deixa de lado conteúdos básicos, havendo diminuição na carga horária de disciplinas já estabelecidas, principalmente, mas não

¹ Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná - UFPR, kaiquehenrique1259@gmail.com;

² Docente do Setor de Educação e PPGMADE da Universidade Federal do Paraná - UFPR, yanina@ufpr.br coautor1@email.com;

exclusivamente, da área de ciências humanas. Em contrapartida, a diminuição dessas disciplinas vem acompanhada de uma supervalorização da língua portuguesa e matemática, assim como há a adição de disciplinas pouco organizadas em questão de planejamento de aulas, como as do Projeto de Vida e itinerários formativos muitas vezes distantes da realidade estudantil ou descontextualizadas como Robótica, Biotecnologia, Programação ou Liderança e ética. Isso ocorre, em espaços escolares muitas vezes precarizados, onde as atividades não podem ser realizadas, resultando em uma prática vazia, que não se sustenta didaticamente. Além disso, há um aumento do viés tecnicista da educação através de um aumento de uma visão empreendedora sendo discutida desde os anos iniciais do ensino médio, nas próprias trilhas de aprendizagem dos itinerários formativos ou até mesmo na disposição da opção de realizar um ensino técnico ao invés da escolha dos itinerários.

Acrescido aos problemas gerais da reforma da lei do Novo Ensino Médio, o Paraná enfrenta problemáticas mais específicas. Podemos citar como exemplo a plataformização do trabalho docente, que é a prática de digitalizar, gamificar e quantificar de forma quantitativa tudo o que é planejado e executado em sala de aula. Geralmente são planejamentos didáticos produzidos e exigidos pela própria secretaria de educação, construindo slides, vídeo-aulas e atividades práticas em sala de aula para serem utilizados em toda a rede pública de ensino de forma generalizada, contrariando a própria BNCC, quando esta cita um ensino contextualizado com a realidade estudantil de cada território escolar. O objetivo desse fenômeno é o monitoramento e padronização de uma ‘base curricular’ que possa ser quantificada em dados e, assim, serem divulgados para a população, inclusive condicionando o docente a utilizar o material produzido com a inserção de atividades que estarão em avaliações institucionais da educação.

Mais recentemente tem-se observado também, uma tendência que parte do governo do estado pela adoção do modelo cívico-militar nas escolas públicas, tendo esse modelo sido instituído em 2020 e hoje já contando com 312 colégios ao todo. O Paraná é o estado brasileiro com maior número de instituições nesse modelo, o segundo lugar sendo Goiás com 82 unidades (PARANÁ, 2024) nos últimos anos. Além disso, mais recentemente, nos mesmos colégios que não conseguiram ser militarizados, houve uma sequência de privatizações através do programa Parceiro da Escola, proposto em 2024, na qual foi realizada uma consulta pública com a comunidade escolar de 177 colégios sobre a sua opção de adotar, ou não, esse projeto. Como resultado 94 dos colégios atingiram o quórum da consulta, com 84 destes contra a adoção e 10 a favor, já os outros 83 colégios que não atingiram o quórum de votação ficariam a cargo do Secretário da Educação [Roni Miranda] decidir se o colégio

será incluído no programa. Neste contexto, 70 escolas integraram o projeto sob a justificativa de “ausência de divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ou avaliações abaixo da média estadual, bem como frequência escolar menor do que 85%.” (PARANÁ, 2024). Ao todo, o programa engloba 82 escolas em 34 municípios que serão geridos pela iniciativa privada.

Dentro desse modelo de militarização, privatização que ocorre principalmente nas áreas periféricas das cidades, ainda há outro agravante, quando falamos de educação: a ausência das universidades públicas como instituições de luta na educação básica. É importante notar que dentro da formação histórica do ensino superior no Brasil sempre houve um predomínio das classes dominantes na educação pública, havendo pouco espaço para as classes dominadas por conta do próprio sistema de clivagem no ensino que distancia e direciona diferentes classes à diferentes setores da sociedade.

A pesquisa desenvolvida neste artigo tem como temática geral a importância da presença universitária na construção dos projetos profissionais de sujeitos/as periféricos/as. Tema este que pode ser delimitado especificamente para a análise da presença da Universidade Federal do Paraná, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, nos anos de 2021 a 2024, em um colégio público como um importante fator de entendimento do ingresso no ensino superior, como perspectiva possível por sujeitos/as periféricos/as. Indo ao encontro dessa análise adere-se também a observação participante em espaços de educação popular (obedecendo a ideia polissêmica do termo) que visam o ingresso de estudantes da periferia no ensino superior público e como se interrelacionam esses espaços a princípio separados e distantes. A pesquisa desenvolvida aqui, portanto, tem como objetivo o levantamento da discussão a respeito da pouca participação da universidade pública dentro de colégios da rede pública, em especial nos espaços periféricos da cidade, assim como a importância da contestação desses espaços especialmente em tempos de ataque à educação pública no estado do Paraná. Neste sentido, a pesquisa adota um enfoque histórico-dialético, de natureza básica e abordagem qualitativa, baseando-se na experiência do autor em dois espaços, o primeiro como coordenador estadual e educador da Rede Emancipa, um movimento social de educação popular focado na disponibilização de cursos pré-vestibulares para estudantes periféricos do bairro da Cidade Industrial de Curitiba e o segundo enquanto pibidiano entre os anos de 2021 e 2024, passando por dois editais do PIBID sendo um deles o subprojeto - Ciências Biológicas, ocorrido de forma integralmente durante o período de educação remota e outro o subprojeto - Interdisciplinar, comportando os cursos de Ciências biológicas, Geografia e Pedagogia, focado em técnicas de ambientalização

escolar e voltados à educação socioambiental. Ambos os períodos do PIBID foram realizados no mesmo colégio, sendo assim possível acompanhar os mesmos estudantes desde seu ingresso no ensino médio até a formatura escolar.

Entende-se, durante a construção da pesquisa, a importância não só da passagem da universidade ou de seus representantes na escola, mas de uma presença que seja verdadeiramente engajada, próxima, afetiva e contextualizada, se opondo à visão da universidade como um monte à ser escalado, cheio de pessoas que não fazem parte da realidade periférica, mas sim um espaço de iguais, de pessoas que são comuns e diversas, naturalizando a visão do ingresso no ensino superior público como uma perspectiva possível. Reforça-se ainda, como reflexão, a necessidade do desenvolvimento de programas na universidade que sejam verdadeiramente engajados com a classe periférica, principalmente no que tange à educação e ingresso no ensino superior, com vistas a não regredir socialmente no quesito de elitização do ensino superior público, algo que apenas empobrece a produção científica nacional, excluindo diversas perspectivas de realidade e fazendo a manutenção de uma história única da ciência brasileira (CHIMAMANDA, 2019).

REFERENCIAL TEÓRICO

Todas as problemáticas citadas confluem no contexto atual em sala de aula, que são estudantes que não tem mais como objetivo (ou projeto) o ingresso no ensino superior, em decorrência de uma “visão empreendedora” cultivada desde cedo, pautado por um modelo liberal que permeia a educação escorada no ideal de “self-made man”. Além disso, estudantes que fogem desse ideal neoliberal de construção do seu projeto profissional se encontram mal preparados para provas de seleção vestibular em decorrência da diminuição de conteúdos básicos cobrados nas provas, que não foram alteradas para acompanhar a mudança do ensino médio. Obviamente, porém, não são todas as/os estudantes que são atingidos da mesma forma por esses desafios. Mendes e Rufato, ainda em 2015, ao discutir a questão das problemáticas de ingresso de sujeitos/as periféricos/as no ensino superior dissertam sobre como estudantes da periferia da cidade enfrentam os problemas de infraestrutura, evasão docente, falta de acesso à cursos complementares, entre outros, enquanto estudantes de colégios privados, centrais e com mais recursos (no cenário atual permanecendo com o ensino de conteúdos básicos em atividades do contraturno) e infraestrutura para a prática eficiente das atividades propostas em materiais estatais. Essa diferenciação no ensino geram uma clivagem no sistema educacional e, sendo assim, “existe uma escola (bem como uma faculdade) voltada àqueles que trabalham e outra escola (bem como outra universidade) voltada àqueles que

supervisionam a força de trabalho – uma educação para os subalternos e outra para os dirigentes.” (MENDES e RUFATO, 2015. p.09).

Pode-se ainda discutir como a criação de diferentes habitus em grupos sociais distintos moldam a forma de ler o mundo das/dos sujeitos, reforçando ou não a ideia de quais caminhos são, ou não, possíveis naquela realidade. Nogueira e Nogueira (2013) trabalham o conceito de habitus como estruturas socialmente construídas por cada indivíduo que são formadas pela soma da subjetividade das/dos sujeitos, posição social em que ocupam e o que vivenciam na sociedade, configurando uma lente pela qual você observa o mundo assim como um manual de como você deve se comportar nele. Kato (2011) reforça ainda que a manutenção da estrutura de poder exige que os filhos da elite dominante não estejam no mesmo espaço educacional que os filhos da classe dominada. Essa movimentação, acaba distanciando as duas classes não só pelo local que ocupam e seus projetos pessoais e profissionais, mas pela própria composição do habitus de cada um desses grupos "que dirige as formas de disposições das atitudes e modos de vida *da/do* sujeito na sociedade" (KATO, 2011, p. 7). Sedimentando por fim o papel da instituição escolar não como um espaço onde se equaliza oportunidades de crescimento pessoal na vocação humana do “Ser Mais”, como diz Freire (2022), mas sim como uma ferramenta de manutenção (e reprodução) de uma sociedade desigual através da violência simbólica.

Esse movimento de clivagem no sistema, que Gramsci (2013) irá chamar de Dualismo educacional, se reflete na formação superior fazendo com que historicamente apenas as classes dominantes tivessem acesso à educação superior, fenômeno que segue imutável até o início da década de 60 e a ditadura militar. Nesse momento, uma onda de industrialização, e portanto reestruturação produtiva, leva os setores à exigirem maior qualificação profissional uma vez que “o sistema necessitava de quadros administrativos e técnicos para o processo de industrialização (induzido a partir de fora) e de médicos e professores, para garantir a reprodução da mão-de-obra que reformaria o famoso milagre brasileiro.” (WHITTAKER, 2010. p.292). É então nesse contexto que uma outra onda de construção de faculdades e instituições de ensino privadas surgem, acompanhando a demanda de classes populares que agora, graças à expansão de cobertura do ensino básico tecnicista, toma conta das cidades. O espaço das universidades públicas, porém, continua sendo distante das camadas menos abastadas da população, só havendo uma mudança significativa no início dos anos 90, com uma nova onda de reestruturação produtiva que desenvolve na sociedade um discurso de que a qualificação profissional é a chave para a construção de uma carreira bem sucedida (MENDES, 2009. p.2). O ensino superior se torna, então, a saída e o sonho das classes

periféricas para ascensão social em cenário de crise. Além disso a chegada o crescimento das lutas por direitos e o “alvorço democratizante provocado pelos movimentos sociais, pela criação de ações afirmativas e pela luta contra a exclusão e o racismo” (WHITTAKER, 2010. p.293) trazem consigo a perspectiva da conquista da universidade enquanto um espaço que deve receber a população periférica, culminando em 2012 na criação da lei 12.711, a chamada lei de cotas, que garante de maneira definitiva a presença desses grupos nas instituições públicas.

A história, porém, ainda é recente e embora seja garantida a presença de sujeitos periféricos na universidade pública, o contrário nem sempre é verdadeiro. Ainda é raro ver na universidade, em especial na UFPR, local onde essa pesquisa é desenvolvida, movimentos, projetos e programas que atuem de maneira significativa dentro da periferia ou com sujeitos/as periféricos/as de forma que não seja puramente assistencialista. Esse lugar de atuação e diálogo entre a educação básica e a superior ainda permanece sendo tomada principalmente pela rede privada de educação, desenvolvendo cursos, feiras e programas diversos em parceria com as escolas, captando alunos/as para seus espaços no momento correto. Outro agente nessa demanda são as próprias empresas, especialmente as metalúrgicas, que também desenvolvem diversos projetos e eventos de recrutamento dentro das escolas públicas de Curitiba e região.

METODOLOGIA

Metodologicamente a pesquisa se desenvolve através de uma abordagem qualitativa, contrapondo uma visão extrativista (BARBOSA, 2018) e positivista da ciência, uma vez que a pesquisa qualitativa, sendo mais ampla, contextualizada e descritiva, comporta melhor as análises individuais e sociais necessárias em um estudo na educação (TRIVIÑOS, 1987).

Além disso, se desenvolve sob um enfoque histórico-dialético uma vez que se entende a continuidade histórica dos movimentos político-sociais como essencial para a discussão dos fenômenos educacionais pesquisados; Um estudo de natureza básica e objetivos gerais descritivo-exploratórios, já que busca tanto a descrição da vivência dentro da formação docente e exploratória pois busca novas perspectivas de compreensão de fenômenos da realidade (GIL, 2002) que parte da experiência do autor em dois espaços, o primeiro enquanto coordenador estadual e educador de um movimento social de educação popular chamado Rede Emancipa e o segundo sendo o PIBID nos anos de 2021 a 2024.

A principal técnica utilizada foi a observação participante, que é descrito por Silva como “o envolvimento do investigador com a realidade investigada e inclui a participação nas



atividades da comunidade investigada, como um de seus membros” (DA SILVA, 2013), especificamente nesse caso tratando-se de uma observação participante natural, “quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga” (GIL, 1999) dentro da Rede Emancipa e uma observação participante artificial, “quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação [...]” (GIL, 1999) no PIBID, na qual éramos tratados e nos comportamos nos espaços como estagiários.

Por fim, entende-se que os pilares da construção metodológica da pesquisa são a observação participante e a própria experiência-vida do autor, que cresce dentro da periferia da cidade, em uma comunidade escolar marcada pela presença do setor privado, especialmente metalúrgico, nas escolas e na realidade do bairro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, em 2021, a experiência do PIBID se deu de maneira remota, acompanhando aulas com baixa adesão de estudantes em decorrência da pandemia de COVID-19. A educação nesse período foi reestruturada, iniciando o processo de implementação do Novo Ensino Médio, assim como uma crescente implementação de plataformas educacionais, tanto para auxiliar a produção docente durante o ensino remoto emergencial quanto para sistematizar o processo de criação de índices educacionais na gestão escolar. O período de observação nos revelou, principalmente, um distanciamento entre as/os docentes e discentes, sendo este o foco de atuação do PIBID na época. Percebeu-se o desejo das/dos docentes de desenvolver uma prática transformadora, que foi porém barrada pelas próprias dificuldades do período pandêmico. Em uma pesquisa realizada pelo grupo PIBID durante esse período foi levantado, em entrevista com educadores, por exemplo, que “A família vê a escola como um meio de melhoria de vida, com uma pressa para conseguir um emprego melhor para trazer dinheiro para dentro de casa.” (PEIXOTO, 2022. p.10), algo que demonstrava o papel da escola como escada para o mercado de trabalho, já dando sinais do modelo que seria reforçado nos próximos anos. Outro ponto levantado nessa mesma pesquisa é a utilização dos índices escolares como forma de coerção estatal, e como são ineficientes para a medição da qualidade da educação.

Um ponto levantado por D1 e D2 foi a pressão em aprovar os estudantes, seja pela “urgência de ir para o mercado de trabalho” (D2), ou pelo sistema, para elevar os índices das escolas, que “muitas vezes é apenas o nível de qualidade da escola e não do ensino”. (PEIXOTO, 2022. p.11).

Foi importante, porém, perceber que mesmo que os educadores reconhecessem as problemáticas de interação com os/as estudantes, não havia uma organização para que,

durante o retorno ao ensino presencial, houvessem atividades que buscassem essa reconexão entre as partes:

Apesar de tal distanciamento, alguns professores contaram que os vínculos ainda foram criados, e tenderá a melhorar agora com o retorno das atividades presenciais, apenas D4 crê na demora do regresso da relação de confiança entre professores(as) e alunos(as). Com o retorno do ensino presencial os professores acreditam que ficará mais fácil se aproximar dos estudantes, buscando ativamente os alunos e conversando com seus familiares para evitar o abandono escolar. (PEIXOTO, 2022).

Mas qual é a necessidade da boa relação discente/docente? e qual é a relação desta com os objetivos desta pesquisa? Já é estabelecido que uma boa relação em sala de aula, cercada de emoções positivas e acolhimento, melhora o desempenho escolar, assim como processos neurofisiológicos associados ao aprendizado significativo (COSENZA, GUERRA, 2009; PEIXOTO, 2024). Além disso, é preciso entender que a Escola, enquanto instituição, é uma das figuras que representa a figura do Estado dentro dos bairros, especialmente para a juventude. Isto é, há um desligamento entre este Estado simbólico e a realidade prática do jovem, e há a tomada de outros agentes para suprir as necessidades geradas, ou seja, “Na ausência do público como fonte de suporte para a vida social até mesmo no que diz respeito ao controle da criminalidade, o jovem ressentir-se da ausência do Estado” (GONÇALVES, 2005). Dentro desse contexto, isso se percebe primeiro como um distanciamento da própria escola e da importância da educação na vida prática, que é usado, inclusive como argumento para a diminuição das matérias básicas e inserção de outras ‘mais contextualizadas’, como empreendedorismo, robótica, aulas de inteligência emocional e cursos técnicos. O Estado, portanto, se aproveita da fragilidade de um momento incontornável (a pandemia), para suprir uma demanda que foi gerada pela própria incapacidade de ceder infraestrutura educacional, em um ciclo vicioso que só leva ao desmonte da educação pública, criando um modelo falho que visa a formação de profissionais com baixo nível de instrução. Neste momento é importante notar que ainda não haviam estudantes no Novo Ensino Médio, uma vez que este se iniciou na escola em 2022, com alunos e alunas do primeiro ano, que então se formariam em 2024.

Pulando para 2023, já atuando dentro do PIBID Interdisciplinar e de maneira presencial era possível acompanhar o desenvolvimento prático do Novo Ensino Médio e os problemas gerados tanto pela sua implementação, quanto pelo período de ensino remoto. Dentre eles eram presentes as dificuldades das/dos estudantes com conteúdos básicos, os problemas de atenção e socialização em sala (inclusive o de interação docente/discente), o crescimento de atividades não relacionadas à conteúdos básicos da educação (especialmente de cunho técnico

e ‘formador’) e até mesmo as intervenções da gestão escolar (tendo em mente que não havia mais eleição de diretores no colégio e sim indicações estatais) nos projetos do PIBID, que buscavam conectar-se aos estudantes. Observava-se o caos do período de transição, com as turmas de terceiro ano ainda no ensino padrão anterior e as de segundo e primeiro ano no Novo Ensino Médio. Um dos principais pontos observados, porém, foi como as turmas do terceiro ano se envolviam com muito mais facilidade nas atividades do PIBID. Nesse período, uma vez que o PIBID tinha como foco a ambientalização escolar (SAMMARCO, et al, 2020), estávamos construindo um espaço externo ecossustentável dentro do terreno do colégio, o que envolvia trabalhos manuais e pesados. Para a nossa surpresa as turmas do ano final (ainda no modelo de ensino médio antigo) tiveram ótima participação tanto na pressão da gestão escolar para permitir a construção, como na divulgação do projeto, defesa e manutenção do espaço e na própria construção do local. Alguns dos estudantes do terceiro ano decidiram inclusive, após uma exposição na escola, ingressar no cursinho popular cedido pela Rede Emancipa, onde se mantiveram até o final e obtendo aprovação em universidades públicas. Já com as turmas mais novas, no Novo Ensino Médio, não havia tanta interação, estes preferindo participar das atividades cedidas e organizadas pela escola no contraturno.

Migrando para o espaço da Rede Emancipa, cursinho realizado na região CIC também dentro de um colégio público e com estudantes periféricos, o mesmo processo era perceptível, com estudantes que já estavam no Novo Ensino Médio (segundos e primeiros anos) sendo mais relapsos, com maior índice de faltas e menos atentos às aulas e atividades, já os alunos mais velhos (no terceiro ano) estando mais concentrados, esforçados e participando de diferentes atividades em sala de aula. Essa diferença obviamente pode ser explicada pela pressão de aprovação no vestibular, que afeta de forma diferente estudantes do 3º ano, já que estes estão mais próximos da realização da prova. Essa explicação, porém, não se concretiza ao observarmos o que era comum nos outros anos. Embora sempre haja evasão das turmas mais novas, especialmente as de primeiro ano, o desejo de ingresso na universidade sempre foi um aspecto motivador presente, assim como o discurso de conquista do espaço da periferia na universidade sempre foi efetivo, um diferencial que cultivava nos/nas estudantes o sonho de ascensão social a partir da aquisição de capital cultural e não pelo caminho de ingresso imediato no mercado de trabalho.

Isso se altera a partir de 2024, quando se percebe que os estudantes advindos do Novo Ensino Médio cultivam uma perspectiva de crescimento e um “projeto de vida” pautado pelo auto-empresendedorismo, conquista e dominação do mercado de trabalho e uma formação constante porém técnica. Essa nova idealização de ascensão social por meio do mercado, do

acúmulo de capital financeiro imediato parte, pelo o que percebemos, da consequência de uma educação que se diz empreendedora a todo momento, acrescido de uma crise econômica e de desemprego que cresce no Brasil, forçando a/o adolescente à uma venda da sua força de trabalho e de ‘soluções não tradicionais’ para a sobrevivência e o sustento, especialmente entre as classes mais baixas. Um momento ocorrido em uma das assembleias do cursinho, com os estudantes de 2024, evidencia esse pensamento. Quando perguntados sobre a sua perspectiva de ingresso no ensino superior, todos os 83 estudantes presentes afirmaram que não viam possibilidade nenhuma de ingresso. Em contrapartida, ao longo do ano, muitos deles ingressaram no mercado de trabalho, seja em comércios familiares, metalúrgicas próximas do colégio que possuíam ‘parcerias’ com a escola ou empresas diversas, o que forçou a grande maioria dos/das alunos/alunas à evasão. Acrescido a isso, há também de se notar que, mesmo que o Novo Ensino Médio tenha sido implementado e já hajam estudantes formados dentro desse modelo, as provas de ingresso ao ensino superior como o ENEM e muitos vestibulares próprios de universidades (UFPR como exemplo), não se adaptaram, mantendo seus modelos antigos e, com isso, contribuindo com o abismo de desigualdade entre os que entram e os que não entram na universidade. No fim do ano de 2024 o colégio onde o cursinho atuava não atingiu o quórum necessário na consulta pública do programa ‘Parceiros da Escola’, ficando a cargo do secretário de educação a decisão sobre a adesão ou não do modelo. A aprovação do modelo pela secretaria forçou o cursinho a se retirar do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PIBID, enquanto programa que se dispõe a representar a universidade (prática e simbolicamente) dentro de escolas públicas, possui um grande potencial transformador. Foi possível observar, em 2023, como a presença constante de estudantes universitários docentes em formação não apenas atraía a atenção dos estudantes aos cursos de formação de cada um (no caso do PIBID Interdisciplinar), mas também atraía atenção para a própria universidade. Especialmente quando os/as estudantes encontravam e conversavam com pibidianos/as que faziam parte da mesma realidade e, por vezes, do mesmo colégio que eles. Operando como ferramenta no reencantamento dos sonhos da juventude e como expositores de uma possibilidade de crescimento pessoal que passa, não por um modelo liberal pautado pelo mercado de trabalho, mas sim pela aquisição de conhecimento e luta por espaço na educação pública de qualidade.



O PIBID ainda não teve a oportunidade de atuar com turmas de terceiro ano do Novo Ensino Médio, uma vez que o edital anterior foi finalizado em 2023, com a última turma do ensino médio antigo, este novo edital (2025-2027) traz essa potencialidade. Se faz essencial, portanto, que a própria universidade perceba o potencial transformador dos projetos que a integram e tomem ação de maneira crítica e emancipatória no que tange à luta por uma educação de qualidade não somente no nível superior, mas também no básico.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida. **“Não extrativismo” epistêmico: desafios à investigação científica crítica**. 2018.

COSENZA, Ramon; GUERRA, Leonor. **Neurociência e educação**. 2009.

DA SILVA, Marcos Antonio. **A técnica da observação nas ciências humanas**. Revista Educativa-Revista de Educação, v. 16, n. 2, p. 413-423, 2013.

FREIRE, paulo. **Pedagogia do oprimido**. Companhia das letras. 2022.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade**. **Tempo social**, v. 17, p. 207-219, 2005.

GRAMSCI, Antonio. (COUTINHO, Carlos N. Org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

KATO, Danilo Seithi. **O papel dos cursinhos populares nos acessos e mudanças de perspectivas de seus participantes**. Cadernos CIMEAC, 2011.

MENDES, Maíra Tavares; RUFATO, Marcela de Andrade. **Por que não passam? Cursinhos populares e tempo curricular: Uma problematização a partir de experiências na rede emancipa**. 2015

MENDES, Maíra. **Cursinhos populares pré-universitários e a educação popular: Uma relação possível?**. 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio. **Bourdieu e a Educação**. 2013

PARANÁ, **Estado homologa resultado e divulga 82 colégios que farão parte do Parceiro da Escola** | Secretaria da Educação. Secretaria de Educação. 2024. Disponível em: Estado homologa resultado e divulga 82 colégios que farão parte do Parceiro da Escola | Secretaria da Educação



PÁRANA. Ratinho Junior destaca conquistas da educação em evento da Gazeta do Povo, Secretaria de Educação. 2024. Disponível em: Ratinho Junior destaca conquistas da educação em evento da Gazeta do Povo

PEIXOTO, Kaique Henrique; BEDIN, Everton. **Emoções em sala de aula:** quais estímulos evocam as emoções no contexto universitário?. Dialogia, n. 51, p. e25686, 2024.

PEIXOTO, Kaique Henrique; COSTA, Jessica; JESSEN, Leticia Ferreira; DA SILVA, Luana Aparecida; SAMMARCO, Yanina Micaela. **PIBID/UFPR BIOLOGIA: EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NA INTERAÇÃO PROFESSOR(A)-ALUNO(A) E UTILIZAÇÃO DE ATIVIDADES LÚDICAS.** Anais do VIII ENALIC. 2022.

SAMMARCO, Yanina Micaela; RODRIGUEZ, Ivan Borroto; FOPPA, Carina Catiana. **Educação ambiental, educação do campo e ambientalização escolar:** diálogos entre diversas paisagens escolares. Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental, v. 25, n. 2, p. 310-340, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais:** o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. 1987.

WHITTAKER, Dulce. **Da invenção do vestibular aos cursinhos populares:** Um desafio para a orientação profissional. 2010.

